

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.080 - PT (2019/0351896-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE AVEIRO - JUÍZO
CENTRAL CRIMINAL DE AVEIRO - JUIZ 5
INTERES. : HUGO ALEIXO DOS SANTOS CONSTANTINO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de HUGO ALEIXO DOS SANTOS CONSTANTINO de acórdão que o condenou pelos crimes de abuso de confiança qualificado e de bula qualificada.

A intimação prévia foi recebida por terceiros, conforme os documentos postais de fls. 70-71.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, apresentou impugnação às fls. 26-28. Afirma que não foram esgotadas as tentativas de localizar a parte interessada e requer a regular intimação.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão do *exequatur* (fl. 78).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Goiás, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente